

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Curso de Pedagogia

Erika Sales Maciel

Flávia Gabriela Megda

Giovanna Marcellino Ferreira

Orientador

Milena Moretto

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO
PROCESSO INCLUSIVO**

Itatiba

2022

DEDICATÓRIAS:

Erika: Dedico esse trabalho a minha família

Flávia: Dedico esse trabalho a minha família

Giovanna: Dedico esse trabalho ao meu falecido avô.

AGRADECIMENTOS

Erika: Quero agradecer a Deus e minha família por serem meu alicerce sempre, a professora Milena por todo apoio e cuidado e a Flávia e Giovanna por ter acreditado em nosso trabalho e ter se dedicado até o fim comigo.

Flávia: Agradeço, primeiramente, a Deus, pois sem ele nada seria possível. Agradeço também a minha família, em especial, meu marido Maurício, minha mãe Leuda e ao meu filho Frederico por terem me oferecido apoio e compreensão nessa batalha. A professora Milena por ter nos dado todo o suporte necessário e por tantas contribuições para esse meu processo formativo. E não menos importante minhas amigas Erika e Giovanna por terem compartilhado comigo todas as angústias, preocupações e as conquistas durante todo nosso processo de aprendizagem.

Giovanna: gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus! Que se não fosse ele, não estaríamos aqui. A minha mãe, Professora Andréa, que me espelha. Meu noivo, que me apoiou e não deixou desistir. Ao meu pai, irmã e madrasta que me ensinaram a ser forte. E um agradecimento especial aos meus avós. Dona Dita, que mesmo com suas limitações, me fez ser a mulher que sou hoje. Em especial ao Seu Chico que foi embora há quase 1 ano e queria muito que estivesse aqui hoje. E, por último, não menos importante: Obrigada, meninas!

A importância da formação dos professores no processo inclusivo

Erika Sales Maciel-RA: 00201802673

Flávia Gabriela Megda-RA: 002202002091

Giovanna Marcellino Ferreira-RA: 001201500022

RESUMO

Com base em nossas experiências cotidianas como estagiárias em escolas públicas auxiliando crianças com deficiência, temos notado a dificuldade de professores das diferentes áreas do conhecimento no trabalho pedagógico com esses alunos. Diante desse contexto, muitas vezes, esses alunos acabam sendo excluídos mesmo que estejam matriculados no contexto regular de ensino. Por isso, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão de investigação: Como os professores e mães narram as suas vivências com alunos com deficiência? Para responder a essa questão, temos como objetivo geral compreender, a partir das vozes de docentes, com ou sem formação na área da Educação Especial, e mães desses alunos como eles têm vivenciado o trabalho com alunos com deficiência no ensino regular. Temos ainda como objetivos específicos: 1) compreender suas trajetórias de formação profissional; 2) analisar as dificuldades e desafios desses professores para tornar o ensino, de fato, inclusivo; 3) como mães de crianças com deficiência veem o papel desempenhado pela escola na vida de seus filhos. Em busca de responder a esses objetivos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com duas professoras, uma com formação e outra não, e duas mães de alunos deficientes de escolas públicas de ensino. Nossas análises demonstram que não há muita diferença na realidade da professora com formação e da professora sem e isso afeta consideravelmente às crianças. O relato das mães confirmam que, infelizmente, quem sofre com a falta de estrutura, seja ela física ou pedagógica são os alunos.

Palavras-chave: Deficiência; formação docente; desafios; ensino inclusivo.

INTRODUÇÃO

Inclusão escolar é um termo que refere-se ao acesso de todas as pessoas ao ensino desde o ensino infantil até o ensino médio. Mas esse acesso precisa ser equalitário, isto é, um direito, sem que haja qualquer tipo de discriminação de gênero, etnia, classe social, entre outras. Para que isso ocorra, é necessário que as instituições escolares assumam o seu caráter formativo, já que, por sua vez, a escola precisa se adequar para receber esses alunos e não o contrário.

Prevista por lei, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do adolescente, é garantido que todo aluno com deficiência tenha direito a um atendimento especializado. Porém, não é o que se tem visto acontecer nas escolas da rede regular de ensino.

Com base em nossas experiências, pudemos observar como a falta de preparação e formação dos profissionais afeta a inserção e inclusão desses alunos no ensino regular. Por isso, a questão de investigação que norteia este trabalho é: Como os professores e mães narram as suas vivências com alunos com deficiência?. Temos como objetivo geral compreender, a partir das vozes de docentes, com ou sem formação na área da Educação Especial, e mães desses alunos como eles têm vivenciado o trabalho com alunos com deficiência no ensino regular. Temos ainda como objetivos específicos: 1) compreender suas trajetórias de formação profissional; 2) analisar as dificuldades e desafios desses professores para tornar o ensino, de fato, inclusivo; 3) como mães de crianças com deficiência veem o papel desempenhado pela escola na vida de seus filhos.

Para isso, realizamos uma entrevista semiestruturada com duas professoras, uma com formação e outra não, e duas mães de alunos deficientes de escolas públicas de ensino.

Diante desse contexto, o presente trabalho, além da introdução, apresenta fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos e a análise das entrevistas realizadas.

1. ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Neste tópico, apresentaremos uma síntese dos referenciais teóricos que embasaram a pesquisa voltando o olhar para a importância da formação de professores na área da educação especial e quais as estratégias e dificuldades encontradas por eles para incluir as crianças no ensino regular.

1.1 Breve histórico da Educação Especial no Brasil

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros e estrangeiros como Helena Antipoff, uma psicóloga russa, que se dispunha a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Mas foi só no início dos anos 60 que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente com a denominação de "educação dos excepcionais" (BARRETO E BARRETO, 2012).

De acordo com Barreto e Barreto (2012), a política de educação especial antes dos anos 90 acontecia em paralelo a uma educação comum, onde governo ou Estado não se responsabilizavam pela educação dos deficientes. A responsabilidade ficava a cargo das

instituições especializadas (que trazia um atendimento educacional especializado que substituiu o ensino comum) como: APAE, Pestalozzi, fundação Dorina Nowill para cegos, entre outras, ou seja, instituições não governamentais que se prontificaram e organizavam atendimento a essas crianças. Segundo as autoras, para atendê-las, a lei de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aparece uma menção ao ensino das crianças com deficiência. Nessa menção, o governo dá total autonomia para essas instituições cuidarem do ensino, ou seja, ele continua tirando a própria responsabilidade, que é do Estado, mas reconhecendo que é necessário haver uma educação a essas crianças. Cria-se a secretaria que subsidia as instituições especiais com verbas. Na década de 70 e 80, entra em cena um movimento chamado integração, onde as crianças com deficiência podem estar em escolas regulares comuns, porém os alunos teriam que se adequar a escola, (em um princípio de formalização) e não era a escola que se organizava para receber o aluno. Esses alunos ficavam na escola com o objetivo de socialização, com o intuito de se relacionarem com alunos que não possuíam deficiência e não deixavam de frequentar no contraturno as instituições especiais. Mas, a partir da segunda metade da década no Brasil, surgiu o movimento da inclusão, tendo como ideia fundamental adaptar o sistema escolar às necessidades educacionais de todos. O movimento de integração foi a primeira tentativa de trazer essas crianças para escola, porém com princípios de normatização das crianças deficientes, e falhou.

As autoras ainda ressaltam que, na década de 90, começa um movimento em favor da educação para todos, com eventos importantes. Uma referência é o ocorrido, na Tailândia, em Jomtien, 1990: a conferência mundial de educação para todos, que gerou um documento chamado Declaração da educação para todos, onde a ideia era que todos, ou seja qualquer aluno, independente de raça, etnia, sexo, condição intelectual, tivesse direito à uma educação pública de qualidade.

Nasce uma outra conferência que aconteceu na cidade de Salamanca, Espanha em 1994 e originou a Declaração de Salamanca, que é uma declaração específica para os alunos com deficiência, sendo que, o Brasil torna-se signatário deste documento, assumiu esse compromisso de pensar na educação para todos, isso que, na constituição federal de 1988 já sinalizavam os direitos humanos, e o respeito a adversidades, ideias, e opções de vida, religião etc. (BARRETO e BARRETO, 2012).

A partir desses documentos federais, da Constituição do Brasil em 1996, da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), o país assume a educação especial como responsabilidade do Estado. Então, a educação especial se torna uma modalidade de ensino que abrange todas as séries, desde a educação infantil até o ensino adulto. No decorrer dos anos 2000, deixou de ser responsabilidade das instituições especializadas, para ser responsabilidade do Governo, onde o governo brasileiro, passou a implantar uma política denominada de "Educação

Inclusiva”. Os alunos com deficiências poderiam se matricular em salas comuns de escolas públicas, acompanhado, ou não, de atendimento educacional especializado, salas de recursos.

Em 2001, surgem diretrizes para orientar como deveria ser essa política, ou seja, o que deveria ser ensinado para esses alunos com deficiência. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1988, trazem um indicativo que deveria se pensar em adaptações curriculares para os alunos com deficiência. Então, se começa essa discussão. Em 2003, 2004, 2005 acontecem vários cursos de formação de professores, formação em rede, para formar os professores já que estavam em sala de aula, para trabalhar com essa nova demanda que estava chegando. O MEC também produziu vários materiais, várias publicações de ensino para crianças com deficiência, no intuito de auxiliar os professores. Várias ações foram acontecendo para tentar tornar possível o ensino para crianças com deficiência na sala comum.

Em 2008, a Política Nacional de Educação (PNE) na Perspectiva da Educação Inclusiva, trazia algo diferente, que dizia e levava a obrigatoriedade à escola comum para receber e se adaptar à criança deficiente, fosse acompanhado ou não de atendimentos educacionais especializados (AEE). Em 2009, surge a política do AEE, as diretrizes 6.571/2008. Esses documentos vão compondo o que chamamos de política educacional na perspectiva de educação inclusiva.

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, apud KASSAR, 2011).

Saímos do movimento de integração escolar para o movimento de inclusão escolar, que é diferente da Integração, porque a inclusão espera uma nova organização da escola para receber o aluno na sua diversidade, e assim incluindo a educação de qualidade para todos.

1.2 Educação inclusiva: uma discussão a partir de Vigotski

Nesta seção discutimos o importante estudo de Vygotsky para a educação inclusiva e como suas obras ainda podem contribuir com a realidade brasileira.

Quando indagamos sobre a educação inclusiva, vêm a nossa mente aquelas crianças que são excluídas tanto na parte social como na parte educacional. E pensando por

esse lado, pode-se observar que mesmo todos os estudos de Vygotsky, realizados no início do século XX, ainda seguem nos guiando e auxiliando nos dias de hoje, ao buscar compreender como se forma a psique humana. Após realizar a leitura do livro “Problemas da Defectologia”, o pensamento dele diz que tanto as crianças com ou sem deficiência se desenvolvem a partir de suas interações com o meio social, cultural e histórico. Segundo o autor,

Quando lidamos com o desenvolvimento normal , elas se realizam num determinado conjunto de condições. Ao nos depararmos com um desenvolvimento atípico, que se desvia da norma, essas mesmas regularidades, que se realizam em outro conjunto de condições completamente distinto, adquirem uma expressão qualitativamente peculiar, específica, que não é um simples decalque nem uma fotografia do desenvolvimento típico da criança (VYGOTSKY, 1930, p. 197)

Vygotsky, através das suas palavras, queria dizer que com ajuda do ambiente à sua volta e com pessoas que acreditem, mesmo aparentando condições não tão favoráveis todas as crianças com limitações ou não são capazes de se desenvolver.

Diante dessas considerações, cabe ressaltar que educação inclusiva não é simplesmente acessibilidade, é saber enxergar as dificuldades que os alunos enfrentam diariamente de ter a educação minimamente aceitável.

Para que ocorra, de fato, uma inclusão escolar, é preciso que todos têm direito à educação e ao sistema de ensino sem diferenças, sejam elas por gênero, raça, religião, classe social, etnia, condições físicas e psicológicas.

Nós, como estagiárias e futuras pedagogas, vemos bem de perto como a inclusão é realizada na prática, e sentimos a necessidade de ressaltarmos a visão e teoria de Vygotsky: o ambiente e as relações transformam.

Vygotsky também nos traz a “Teoria da Compensação” que nada mais é do que o processo que valoriza as capacidades da pessoa com deficiência ao invés de apenas considerar a limitação dela. Além do aprendizado e da evolução da criança com o meio, é preciso fazer o meio acreditar no potencial dela.

Posto isso, as escolas precisam focar nas potencialidades dos estudantes ao invés de suas dificuldades. Nossos alunos precisam ser vistos para além de suas limitações.

1.3 Desafios encontrados na implementação da educação inclusiva

A educação inclusiva tem sido um desafio para as escolas. Embora na LDB, Art. 58, inciso 1º afirme que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”, não é o que ocorre

no dia-a-dia da escola. Em nossas experiências como estagiárias, observamos a falta de apoio aos professores pelo poder público. Poucos docentes têm a especialização, o que pode se tornar um dos maiores desafios encontrados na implementação da educação inclusiva no Brasil.

Nesse sentido, torna-se necessário observar algumas condições para o sucesso desse projeto pedagógico inclusivo. Vigotski (apud SILVA, 2015, p. 80) aponta a necessidade da utilização de recursos técnico-metodológicos especiais que permitam à pessoa compensar (superar) sua limitação criando outras vias que garantam a sua inserção na vida produtiva em plena colaboração com os não deficientes. As formações para os professores, oferta de recursos tecnológicos, materiais didáticos e profissionais especializados pode contribuir muito para a tentativa de incluir o aluno e possibilitar melhores condições de aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece.

A formação continuada de professores é fundamental para que a inclusão aconteça de maneira mais ampla, que possa oferecer condições de atendimento educacional, que sejam adequados às necessidades dos alunos, uma vez que.

[...] o papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos. [...] (ALONSO, 2013).

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, tem como objeto de investigação a educação especial. A educação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais e os educadores precisam estar habilitados para atuar junto aos alunos. No entanto, autores como Goffredo e Manzini (apud SANT'ANA, 2005) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infraestrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. Nesse sentido, é que surgiu o interesse pela temática. Buscamos investigar como os professores e as mães desses estudantes narram as suas vivências com alunos com deficiência, uma vez que, como estagiárias, vivenciamos um cenário de que os alunos com alguma dificuldade têm ficado acartonados no processo de ensino aprendizagem, excluídos mesmo estando em sala de aula. Para compreender melhor tal cenário, buscamos realizar entrevistas com professoras

e mães de crianças com deficiência a fim de compreender como elas narram as vivências com alunos com deficiência no contexto escolar.

Participaram da pesquisa duas professoras, uma da rede pública de Valinhos e outra de Bragança Paulista e duas mães de Itatiba a saber:

Nome fictício	Idade dos participantes	Posição na pesquisa	Cidade	Demais observações
Lúcia	37	Professora sem formação na educação inclusiva	Valinhos	10 anos de profissão
Jussara	57	Professora com formação continuada	Bragança	mais de 25 anos de rede municipal
Valéria	36	Mãe	Itatiba	Mãe de uma criança de 6 anos
Gabriela	40	Mãe	Itatiba	Mãe de uma criança de 8 anos

Para a produção de dados da pesquisa, realizamos uma entrevista pelo google meet e as outras três pelo whatsapp. Utilizamos o seguinte roteiro para as professoras:

1. Como você analisa o processo de inclusão nos dias de hoje?
2. Você obteve algum tipo de formação continuada? Se sim, no que isso te auxiliou? Se não, o que você sente mais falta para lhe auxiliar no seu cotidiano?
3. Como você acha que a questão familiar reflete no desenvolvimento do seu trabalho com os alunos em inclusão?
4. Sabemos que o processo de inclusão está em andamento, mas ainda falta muito para chegarmos lá. O que você acha que está faltando para desenvolvermos melhor?
5. Na sua opinião, o que você acha sobre a formação de vocês professores na sua cidade?
6. Como você vê as estagiárias nesse processo de inclusão? Você acredita que elas às vezes desenvolvem algo além do que lhes cabe?
7. Como você enxerga a inclusão daqui uns anos no ensino regular?

E, para as mães, seguimos o seguinte roteiro:

1. Você acredita que o processo inclusivo se constitui melhor no ensino privado ou público? Por quê?
2. Como você enxerga o papel da família na inclusão escolar?
3. Você acha que os educadores estão capacitados para a recepção dos alunos com deficiência?
4. Para inclusão com mais êxito, o que você acha que falta?
5. Como você vê as estagiárias no processo inclusivo do seu filho?
6. Você acha que há formação desses profissionais (professores, estagiários...)?
7. Como você vê no futuro o processo de inclusão?

Para a análise das entrevistas das professoras e das mães, foi necessário transcrever as entrevistas para que, a partir disso, pudéssemos elencar os eixos temáticos a serem analisados que foram identificados a partir das convergências e divergências da fala das depoentes: 1) A inclusão no contexto educacional; 2) A formação continuada e o trabalho com a educação especial. Trataremos sobre eles na seção a seguir:

3. O TRABALHO COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Nesta seção, apresentamos nossas análises sobre os dois eixos temáticos que foram identificados a partir da fala das entrevistadas.

3.1 A inclusão no contexto educacional

A inclusão baseia-se no princípio de que todas as crianças podem e devem aprender juntas. Dessa forma, as escolas precisam considerar os diferentes modos de ensinar, desde que respeitado o ritmo dos alunos, proporcionando-lhes métodos adequados, currículo flexível, boa organização escolar e uso de recursos.

Embora seja direito e é assegurado por lei todos os alunos estarem incluídos dentro da sala de aula e terem professores especializados e preparados para esses alunos, não é sempre que isso ocorre como mencionam as mães Gabriela e Valéria:

Gabriela: Era o colocar o Mateus, numa sala de recursos só com a monitora, para que ele fosse estimulado para avançar na aprendizagem, mas o que eu acredito é que ele tinha que estar junto com o grupo, que foi o que ele sempre fez desde quando ele entrou na creche.

Valéria: O meu filho ele está sem professor e sem monitor, o ano já começou as aulas já faz tempo então e aí sabe o que que eles alegam para mim que precisava “coisar” uma prova para as coisas de inclusão.

Vemos hoje que a comunidade escolar passa por grandes desafios para garantir uma educação de qualidade ao educando com necessidades especiais nas salas de ensino regular. Porém, é importante ressaltar que são essas relações que podem permitir que o indivíduo supere sua limitação, pois, cria outras vias que garantem a sua inserção na vida e interação e colaboração com os outros. Segundo Vigotski (apud COSTA, 2006, p. 236)

o indivíduo é constituído socialmente: todas as suas funções psicológicas têm origem social. Suas interações com o meio são construídas a partir de sua inserção em um universo histórico-cultural. A família, escola, comunidade e seus elementos constituintes - pais, irmãos, professores, colegas, amigos - fazem parte desse universo histórico-cultural e servem de elo intermediário entre sujeito e o objeto de conhecimento.

Uma escola que promove a inclusão, além de estar respeitando a lei, mostra que se preocupa com a formação de seus alunos, dando a eles a possibilidade de se conscientizarem e se respeitarem. Embora existam documentos que protejam o direito desses alunos de estar dentro da escola, ainda falta muito para que a inclusão exista de fato, falta preparo da escola, recursos, adaptações e conhecimentos básicos da lei que assegura a criança os seus direitos.

E o que se vê na verdade é uma exclusão a esse alunos, como aponta a professora Lúcia e a mãe Gabriela.

Lúcia: Acho que tanto a criança incluída, quanto as outras conhecida como neurotípicas, um aprende com a outra, acho que um tem que conseguir lidar com o outro, acho que é isso que falta. Formação continuada para professor, os prédios adequados para todas as crianças, profissionais treinados para a área, assim professor de AEE, professor de educação especial, é enfim de novo seguir os documentos para que a gente consiga ter inclusão de fato, para essas crianças.

Gabriela: Eu sinto que a família pelo menos no caso do meu filho, é a voz dele, ele não se comunica perfeitamente, ele tem as dificuldades dele então a gente precisa ser a voz dele, se a gente não estiver sempre atento ao que está acontecendo dentro da sala de aula, ou ao redor dele, não saberemos se os direitos dele estão sendo respeitados.

Embora muitos brasileiros consigam ter seu direito fundamental de acesso à educação garantido, há um grupo de pessoas com necessidades especiais que permanecem excluídas e invisíveis, mesmo tendo direitos previstos por lei. Os seus direitos são negados e as oportunidades quando surgem são limitadas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007) “recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE)”.

Ressaltamos que todas as crianças podem aprender e se desenvolver, contudo, tais estratégias dependem das especificidades de cada pessoa, da experiência, e da criatividade e observação do professor com sensibilidade e cuidado, além de uma formação inicial e continuada que o encaminhe para isso.

3.2 A formação docente e o trabalho com a Educação Especial

A formação continuada de professores é fundamental para que a inclusão aconteça de maneira mais ampla, que possa oferecer condições de atendimento educacional e que sejam adequadas às necessidades dos alunos, pois os docentes que trabalham diretamente com a inclusão aparentam não se sentir preparados para lidar em sua sala de aula.

Outro ponto importante a se discutir é a formação docente na área da educação especial, uma vez que são recentes, nas grades de pedagogia, um espaço para um componente curricular que discuta as questões relacionadas à deficiência. E, se isso ocorre dentro das universidades, fora delas ainda o cenário é mais obscuro. Muitas redes oferecem formação continuada, mas nem sempre isso se faz na área da educação especial conforme aponta Lúcia:

É então de rede para rede, varia também isso de formação continuada para professor, mas de maneira geral também eu sinto falta né, e agora em Valinhos a rede que estou é assim, tem a questão da pandemia e tudo mais, não sei se por isso, mas nesse período a gente tá sem formação nenhuma né, continuada, e não só para inclusão pra todo resto né, então assim eu acho que faz falta sim as formações continuadas para os professores.

E quando essas redes oferecem uma formação voltada para essa área, ela parece pouco contribuir com as necessidades do docente, como Jussara cita,

Mesmo ela existindo, há uma defasagem na formação de qualidade.

E se o professor não tem formação, como é possível ele conseguir promover o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais? É diante desse desafio que observamos que o cenário descrito, na seção anterior, se efetiva: ou seja, ao invés da escola promover a inclusão, as crianças acabam sendo excluídas mesmo estando dentro das salas de aula. Vigotski já enfatizava que o desenvolvimento dos sujeitos ocorre por meio das relações sociais e culturais e, nesse sentido,

A ação pedagógica no processo de ensino consiste, basicamente, na prática social. De modo que, se inicialmente, cabe ao educador mediar os conhecimentos historicamente acumulados bem como os conhecimentos, essa mediação é a possibilidade concreta de, ao fim de todo processo, o educando desenvolver a capacidade de reelaborar o conhecimento [...] (SILVA, 2015, p.81)

E, mesmo sabendo da importância da intervenção pedagógica, muitas vezes os professores se veem sem saber como utilizar instrumentos adequados para que esses sujeitos possam se desenvolver. É o que aponta a professora Lúcia quando afirma:

Eu acho que falta parar e tocar na nomenclatura, e sabe em características de cada deficiência e partir pra uma parte um pouco mais “ Tá eu já sei que o aluno não vai conseguir, como é que eu trabalho pra conseguir que ele alcance o que ele tem potencial”, eu acho que ficou muito preso em nomenclatura e eu vejo que assim os outros professores né a gente troca né, também sente essa falta de ser uma formação melhor né, mais aprofundada, acho que fica sempre no superficial.

A formação adequada desses professores assegurará que os alunos com necessidades especiais tenham professores mais preparados e especializados, que consiga auxiliá-los. O sistema de ensino deve também assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, currículo, métodos, recursos e organização, específicos para atender às suas necessidades. Cabe também a reflexão de que a formação docente qualificada pode muito, mas não pode tudo. Há que se pensar em outros aspectos macro que configuram os sistemas de ensino e as condições de trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tivemos como objetivo geral compreender, a partir das vozes de docentes, com ou sem formação na área da Educação Especial, e mães desses alunos como eles têm vivenciado o trabalho com alunos com deficiência no ensino regular. Para isso, realizamos entrevistas com duas professoras da rede pública e duas mães de crianças com deficiência.

Após analisarmos as entrevistas observamos como a falta de assistência do Estado e a formação docente afeta o cotidiano dos alunos. Nossas análises demonstram que não é apenas a falta de formação profissional que impede a educação inclusiva, já que, muitas vezes, os professores sentem-se impotentes e de mãos atadas frente a um sistema de ensino excludente.

Dadas as nossas vivências, um ponto que nos chamou muito a atenção em relação a essa temática é o papel de estagiários, auxiliares e pajens na educação das crianças. Por muitas vezes, a escola deixa de cumprir o seu papel para colocar a responsabilidade do ensino dessas crianças nesses profissionais mesmo que seus verdadeiros papéis seriam somente de apoio. O que fica dessas análises é que a educação inclusiva é um processo que precisa ser buscado de maneira constante mesmo diante de um sistema excludente.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula. **Revista Nova Escola**, 1 dez 2013. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula> Acesso em: 23 out. 2021.

BARRETO, Maria Angela de O. C.; BARRETO, Flávia de O. C. **Uma breve história da educação especial no Brasil**. In: Educação inclusiva: contexto social e histórico, Análise das Deficiências e o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Saraiva Educação: [s. n.], 2014, p. 8-10.

COSTA, Dóris Anita Freire. **Superando limites: a contribuição de Vygotsky para educação especial**, 2006.

GIL, Marta. A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência. AAA, Site DIVERSA -**Educação inclusiva na prática**, 8 setembro 2017. Disponível em:

<https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/> acesso em: 23 mai. 2022.

KASSAR, Mônica de Carvalho M.; Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, 1 set. 2011.

LDB, lei de diretrizes e bases da educação nacional: <http://www.planalto.gov.br> 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 28 set .2021.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, ed. 2, p. 227-234, 2 ago. 2005 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/TGkrQ6M6vvXQqwivLmTFrGw/?lang=pt#> Acesso em: 28 set. 2021.

SILVA, Ivanir Gomes da. **Vigotski, Defectologia e Processo Educativo**, jun. 2015. Disponível em: <https://pleiade.uni america.br/index.php/pleiade/article/view/282/467> Acesso em: 03 mai. 22.

SOUSA, Maria J. S. **Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade**. [S. I.], p. 1-34, 28 nov. 2015. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15847/1/2015_MariaJosianeSousaDeSousa_tcc.pdf

Acesso em: 23 out. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Problemas da Defectologia**. 1. ed. [S. l.]: Editora Expressão Popular, maio 2021.